

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de março de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 15/02/2016.

Do Deputado Rosemberg Pinto comunicando que, em virtude de comparecimento na Audiência com o Ministro da Casa Civil Jaques Wagner em Brasília - DF, esteve ausente na Sessão do dia 24/02/2016.

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Nesta Casa, ontem, aprovamos vários projetos até tarde da noite, e, hoje, a maior parte dos deputados ainda não chegou ao Plenário.

Questão de ordem, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Para a continuidade da presente sessão, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a verificasse o quórum.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a gostaria de usar a palavra pelo tempo de até 5 minutos?

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, se estamos apenas em dois aqui no Plenário, gostaria de fazer uma sugestão a V.Ex^a. Há vários fatos acontecendo em uma dinâmica muito grande e isso nos traz inúmeras responsabilidades. Eu queria propor o seguinte: se V.Ex^a não quiser se manifestar, deputado Herzem Gusmão, eu gostaria. E logo depois o deputado Adolfo Menezes procederá à verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pode ser assim, deputado Herzem Gusmão?

O Sr. Herzem Gusmão:- A proposta seria V.Ex^a discursar e eu também?

O Sr. Joseildo Ramos:- Isso, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Se V.Ex^a quiser! O deputado Joseildo Ramos gostaria de fazer uso da palavra.

O Sr. Herzem Gusmão:- Eu gostaria de falar depois, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos. Deputado Joseildo Ramos, nos traga as novidades de Brasília.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, um abraço a todos que nos assistem e nos ouvem por meio da *TV Assembleia*.

Tive a preocupação de usar esta tribuna, porque estamos testemunhando um momento da história cuja dinâmica me parece algo reescrito. Toda tragédia anunciada, quando é pela natureza, às vezes, as tecnologias que dispomos nos deixam de prontidão com rara felicidade. Mas, quando as tragédias anunciadas são produzidas pelos humanos, pela racionalidade que a nossa existência nos cabe, passamos a ficar perplexos com determinados acontecimentos.

Ontem, nós, desta tribuna, chamamos a atenção para algumas situações. É muito próprio da oposição e da situação, nos sucessivos momentos da construção da nossa jovem democracia, que se digladiem em Plenário, buscando discutir e

aprofundar o melhor para todos.

Já anunciávamos que, com o sistema político atual, a atividade mais nobre do ser humano seria privatizada. A política, neste País, foi privatizada. No meio dos discursos ficamos sapateando e nos rondando, rondando a nossa imaginação, a nossa consciência, um mundo de hipocrisia. Um mundo de hipocrisia!

Muitos discursos preocupados com a ética, preocupados com a representação política. E no Parlamento brasileiro, a sub-representação da nossa sociedade, porque o financiamento privado das campanhas impõe as pautas, as defesas e o negócio eleitoral, que é algo maravilhoso, neste País. Mas o que colhemos agora, para nosso espanto?

O DNA, o perfil de quem foi às ruas enquanto eleitor, enquanto cidadão já é, por demais, conhecido. Era de se esperar que algumas lideranças de oposição ao projeto nacional fossem calorosamente acolhidas e ovacionadas. Mas o que vimos foi diferente. Foi um recado da tragédia anunciada.

Hoje, as maiores lideranças do País foram tragadas, foram contaminadas por esse sistema que já se exauriu. E nós ficamos aqui nos debruçando sobre questões menores, diminutas, que não nos levarão ao cerne das questões que deveríamos estar ocupados em trazer à baila, de sorte a cumprirmos, de maneira mais razoável, aprofundada, o desiderato que nos cabe nesta Casa. Entretanto, os discursos se aproximam do silêncio. Os odores fétidos da corrupção, que passam, às vezes, ladeando a nossa existência, não fazem os nossos narizes apontarem.

Estamos mantendo a condição do *establishment*, a questão do *status quo*. O Parlamento brasileiro está acuado. E este Poder, que é, na minha opinião, o mais nobre, está sob judicialização. Todos os principais líderes da nação foram tragados pela sorte insana desse sistema, que já não traz tranquilidade para a classe política, que está em seu derradeiro suspiro, se a gente não levantar em tempo a palavra, para poder cuidar dessa situação. A minha palavra, aqui, não é um apelo. É um grito de alerta, porque o que nos resta tão somente é a política. Porque, para os humanos, é ela que acomoda as tensões, a diversidade e a pluralidade das nossas existências. Para além dela, não sabemos o que virá.

Para concluir, Sr. Presidente, com sua tolerância, em razão do tamanho da nossa plateia, quero dizer que os últimos acontecimentos envolvendo a Polícia Militar deste País nos chama a atenção, deputado Herzem Gusmão. A polícia do Estado de São Paulo invadiu uma escola, onde a juventude de 10 a 16 anos estava treinando cidadania, discutindo questões que afligem a própria juventude. A diretora tresloucada daquele ambiente escolar chamou a polícia de Alckmin, que adentrou a escola, cometendo um crime administrativo e um crime cuja penalidade não sei se vamos encontrar no Código Penal.

Usaram spray de pimenta, deram bofetadas em jovens e crianças. Nós sabemos que no cerne dessa questão não podemos culpar os nossos valorosos policiais, mas poderemos enxergar que a militarização da polícia brasileira cumpriu o seu papel na ditadura iniciada em 64. E, hoje, aquela que deveria ser a guardiã da nossa sociedade está batendo nas nossas crianças e na juventude.

Não culpo as polícias. Culpo a forma, o direcionamento desses pais e mães de família que servem na Polícia Militar, mas estão recebendo um direcionamento para tratar as coisas desse modo.

O meu grito, aqui, é contra a insanidade perversa dessas coisas. Testemunhando-as e calando, estamos fazendo igual a Pôncio Pilatos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, colegas deputados, funcionários desta Casa, plateia, telespectadores que acompanham esta sessão, em todo Estado da Bahia, através da *TV Assembleia* e, em alguns estados do Brasil, pela internet – sabemos que há pessoas que acompanham a vida da Casa, o desenrolar dos trabalhos pela internet, em qualquer lugar do mundo –, eu diria que o deputado Joseildo Ramos tem razão.

Verdadeiramente, a atividade política partidária é a mais nobre da vida do homem, quando exercida com seriedade, com respeito. O que estamos vendo – ele falou de uma privatização – é um enfraquecimento da classe política. Em 2013, eu estava em Brasília, exatamente no dia do Movimento Nacional, espontâneo, belíssimo. O povo brasileiro foi às ruas. E o que nós ouvimos lá e no Brasil inteiro, deputado presidente Joseildo Ramos? Um recado do movimento: “Vocês não nos representam!”. Vocês quem? A classe política. Todos os partidos políticos, todas as agremiações políticas foram advertidas pelo povo brasileiro.

Com o enfraquecimento das nossas instituições, nós estávamos correndo para um abismo que preconiza a ciência política ao afirmar que o poder absoluto corrompe de maneira absoluta. As nossas instituições abaladas, enfraquecidas; mas o povo brasileiro, com tamanha sabedoria, está fortalecendo a nação brasileira.

O Parlamento começa a dar sinais de que está mudando. Isso é muito importante! A Justiça, mudando; a imprensa, mais livre; os partidos políticos, presidente Joseildo Ramos, preocupados porque estamos vendo que a classe política está desacreditada.

Estive em Brasília, recebi um *bottom*, um broquinho, de presente da minha agremiação, do meu partido PMDB. Eu disse: “Está guardado. Só colocarei na lapela, no paletó, quando o PMDB mudar”.

Em relação a este momento e a preocupação: nós precisamos fortalecer o Parlamento. Em que pese, Brasília está dando bons sinais. Mas vejo, aqui, o nosso parlamento enfraquecido, batido, rendido e transformado numa secretaria de governo. E tudo que manda para cá, tudo que chega é aprovado pelo governo, que penaliza o servidor, que aumenta a contribuição do Planserv, que cria taxas, que aumenta impostos. Nós precisamos de um Parlamento que defenda o povo da Bahia.

Não queremos deputados do governador! Nós queremos deputados do povo

baiano, da sociedade, das necessidades.

Parabenizo, inclusive, o deputado Joseildo Ramos. Tenho notado que ele é um dos mais embasados desta Casa. Fez, aqui, um pronunciamento equilibrado, não acusou, mostrou que a classe política está desacreditada. Cabe a ela, classe política, mudar o comportamento, mudar as práticas, devolver ao povo brasileiro a esperança para que o movimento não venha a nivelar toda a classe política. Porque o recado de junho de 2013 foi: “Vocês não nos representam”. Não disseram “PT, PV, PCdoB, PMDB...”, e sim “vocês da classe política”. E nós precisamos mudar.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Agradeço, deputado Herzem.

Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*, gostaria de parabenizar V.Ex^a., que me antecedeu juntamente ao deputado Herzem, porque nosso pronunciamento, hoje, vai justamente ao encontro do que V. Ex^{as}. acabaram de dizer. Temos tido a oportunidade de, algumas vezes, aqui nesta Casa, em conversas com a Imprensa, falar da nossa preocupação com o momento político que o nosso País enfrenta. Desde 2015, no início dessas investigações e de todo esse processo, eu tenho demonstrado essa preocupação. Entendia, deste aquela época, deputado Herzem, que muito mais importante do que as questões políticas, de preferências ideológicas deste ou daquele partido, independente de sermos governo ou sermos oposição, uma coisa que deveria estar nas pautas, mas que infelizmente nós da classe política ignoramos, é justamente a falência política do nosso sistema.

Nós, como digo sempre, somos uma democracia representativa, mas o povo não consegue se sentir representado pelos políticos. Isso é de uma gravidade muito grande, deputado Herzem. Essa falência pode custar o preço da própria democracia. Como disse o deputado Rosenberg, numa audiência pública que fizemos para debater a situação da Petrobras na Bahia, no campo espiritual, as coisas são resolvidas por Deus; mas, na vida real, as coisas precisam ser decididas pela política. Não essa política que nós estamos vendo hoje, mas aquela política, deputado Herzem, com P maiúsculo, que está tão distante dos dias atuais. E eu confesso que, apesar de toda a preocupação com essa crise política – que tem piorado, e muito –, com a crise econômica, eu começo a enxergar uma luz no fim do túnel.

Não estou feliz, deputado Herzem, por ver nomes da Oposição envolvidos nesse escândalo nacional. Não estou feliz por ver nomes do governo envolvidos na Operação Lava-Jato e em diversos outros escândalos que, com certeza, irão se desdobrar a partir deste novo momento. A luz no final do túnel que eu consigo enxergar é de que a Justiça precisa ser para todos. Nós precisamos entender e parar com essa discussão, tratando a política como se fosse futebol – diante do qual nós abrimos mão de qualquer racionalidade, muitas vezes de qualquer responsabilidade,

para ficar defendendo apaixonadamente este ou aquele clube. Nós precisamos volta a discutir o Brasil, discutir as pautas que podem e que devem fazer as transformações que as ruas têm pedido desde 2013 e que nós insistimos em não ouvir. Nós insistimos em fazer de conta, ou tentam alguns políticos e grupos da oposição surfar nessa onda como se esse problema não fosse de todos.

Nós precisamos, Sr. Presidente, para concluir, chamar a atenção, porque eu não sei em que momento, Deputado Herzem, dessa crise institucional que estamos vivendo, mas precisamos começar a partir de 3 grandes reformas que são ditas a cada eleição mas sobre as quais ninguém toma providência. Nós precisamos deputado Rosemberg fazer a reforma política que esse Brasil precisa. Nós precisamos resolver essa questão da previdência social com uma ampla reforma da previdência. Precisamos simplificar e resolver a questão tributária através de uma reforma tributária justa e que permita à classe produtiva gerar emprego e gerar renda.

Então, Sr. Presidente, eu queria deixar a nossa manifestação de que apesar de toda a dúvida, de toda a preocupação, de toda a instabilidade que o momento nos impõe é preciso enxergar uma luz no fim do túnel e esquecer as bandeiras partidárias para voltarmos todos a pensarmos no país e no desenvolvimento do povo brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, querido jornalista Tasso Franco, servidores, visitantes. Fiquei feliz em ouvir as intervenções aqui proferidas por todos os 3 deputados que me antecederam. Primeiro porque há uma demonstração clara, e eu aqui fico muito feliz porque tratei e tenho tratado disso desde o dia em que cheguei aqui. Depois, deputado Herzem, eu entendo e não gosto quando se fala aqui a Bancada de Governo e a Bancada de Oposição. Enquanto nós chegarmos nesse Plenário ou em qualquer Plenário do Legislativo com esse olhar e com essa percepção, nós estamos assumindo que somos ou subordinados ao Executivo ou contra o Executivo.

Nós somos eleitos para legislar. Aqui devem ser deputados, independentemente de que chapa compôs as suas disputas eleitorais, mas infelizmente a política que foi formulada, construída nesse país leva todas as Casa Legislativas a terem esse posicionamento. Lógico que aqui não é diferente, porém nós temos que romper com isso, trabalhar contra esse tipo de posicionamento, independentemente de termos alinhamento a quem está momentaneamente no Executivo.

Nós precisamos repensar a política brasileira. Por outro lado, ouvi aqui dos parlamentares sobre, a priori, trabalharmos com o posicionamento que, às vezes, uma determinada publicização faz de um determinado parlamentar e a gente toma isso como verdade e trata nos nossos debates como verdade. Isso é de uma pequenez fenomenal em relação ao Legislativo. É disso que falou o deputado Alex Lima.

Nós estamos admitindo a criminalização da política. Ainda ontem falei sobre

isso aqui. A criminalização da política e isso é de uma pequenez fenomenal em relação ao Legislativo e é disso que falou o deputado Alex Lima. Nós estamos admitindo a criminalização da política, independentemente de ser do PMDB, do DEM, do PT tenho repetido isso aqui. Nós não podemos nos permitir que sejam colocadas determinadas pechas à política, sem irmos para a disputa dessa ideia. Temos que tornar a política algo singular, importante: a política que é capaz de resolver todos os problemas da sociedade e só ela é capaz de resolver os problemas da sociedade. Estamos passando por um problema na economia e se não resolvermos o problema da política, não vamos resolver o problema da economia.

Por isso quero, deputado Joseildo, parabenizar a presidenta Dilma. A quem fiz, em alguns momentos, críticas aqui com relação à condução política, ela tomou uma posição acertada, correta de quem quer conduzir a política no Brasil quando chamou para o Ministério o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E não é para se esconder da Justiça como alguns falam. Ela traz com o objetivo de tentar construir um equilíbrio na política, uma relação com o Congresso Nacional, para que possamos de fato resolver, equilibrar a política para resolver o problema da economia.

Por último, quero dizer que estarei e quero convidar todos os parlamentares, servidores desta Casa, todos os telespectadores da *TV Assembleia*, para, na sexta-feira às 15h, participarmos todos em uma caminhada do Campo Grande até a Praça Municipal. A caminhada pela democracia, a caminhada pelo estado de direito, a caminhada para garantir aquilo que custou muito suor, sangue de muitas pessoas que é a democracia.

Como disse aqui, respeitei as manifestações do dia 13 e não acho que tem que fazer a manifestação do dia 18 apenas para responder à do dia 13. Temos que fazê-la consistente, grandiosa, porque precisamos colocar a política no centro do debate, a democracia no centro do debate, fazer a defesa das nossas representações. Não podemos permitir que a política seja tratada da forma que foi nas diversas manifestações, mesmo respeitando-as, inclusive a do dia 13.

A política tem que estar acima das nossas diferenças, a política continua sendo o principal instrumento para na materialidade resolver os problemas da sociedade mundial.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares por até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa aqui presente, quero, mais uma vez, manifestar a minha indignação pela forma como o governo vem tratando esta Casa.

Ontem, mais uma vez o governo passou o rolo compressor e aprovou diversas urgências de projetos de lei que autorizam empréstimos bilionários: 2,5 bilhões em

empréstimos, deputado Herzem Gusmão. Sem a devida discussão, sem o devido debate, sem passar pelas comissões permanentes desta Casa, sem mostrar para a sociedade onde serão usados esses recursos públicos. Por que essa dificuldade, esse medo do governo em debater, em discutir, em mostrar onde serão usados esses recursos?

Ora, meu Deus do céu! A oposição quer fazer o que é de direito, o que é prerrogativa do parlamentar de fiscalizar o Executivo e saber onde serão usados esses empréstimos de valores bilionários, R\$ 2,5 bilhões.

Então fica aqui o meu repúdio à forma como o governo tem tratado esta Casa; tratado esta Casa como uma mera secretaria de Estado, passando por cima de tudo, sem respeitar esta Casa.

Eu queria também no dia de hoje falar sobre a violência. A violência, deputado Herzem Gusmão, que tem assolado o nosso Estado, a violência que tem preocupado o cidadão de bem, a violência que tem deixado as pessoas intranquilas, a violência que está ocorrendo não somente aqui na nossa capital como também no interior do Estado; a violência que tem ocorrido no município de Jacobina.

Eu já pedi, já fiz indicação ao governador para que se aumente o contingente policial nos distritos de Jacobina. Jacobina é uma cidade que possui quatro grandes distritos: Paraíso, Junco, Laje do Batata e Caatinga do Moura, sem falar em Cachoeira Grande, e na maioria desses distritos não há policiamento, deputado Herzem Gusmão, não há contingente policial para dar segurança à população do município de Jacobina e desses distritos.

O distrito de Laje do Batata, mais uma vez, ontem teve um assassinato. As pessoas não aguentam mais em Laje do Batata tanta violência. Então, eu queria pedir aqui a sensibilidade do governo do Estado, pedir a sensibilidade do secretário da Segurança Pública, pedir a sensibilidade do governador Rui Costa para que olhem com atenção Jacobina, para que vejam com atenção essa questão da segurança pública que tem deixado o cidadão de Jacobina, o cidadão do distrito intranquilo, preocupado, indignado com a violência que está aterrorizando a cidade de Jacobina e o interior da Bahia.

Então, fica aqui mais uma vez o meu alerta e a minha cobrança ao governo do Estado para que dê atenção a Jacobina, ao interior da Bahia, para que priorize a segurança pública em Jacobina e no interior da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Agradeço, deputado Pedro Tavares.

Concedo a palavra ao deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde vazia, deputado Herzem, primeiro, eu queria responder ao meu amigo deputado Pedro Tavares em um aparte da Oposição, graças a Deus a Bahia tem um governador técnico, responsável e que sabe o que quer. Não é à toa que a maior crise que o Brasil

está atravessando, o governador Rui Costa foi o terceiro mais bem avaliado do País.

E esses empréstimos, como outros que tivemos a oportunidade de aprovar, são empréstimos que a Bahia tem condições de tomar porque não tem recursos próprios para atender a milhares e milhares de reivindicações. Um Estado em extensão continental como a nossa Bahia, com milhares e milhares de quilômetros de estrada, com milhares de problemas, e são esses empréstimos que fazem com que o governador continue trabalhando pela Bahia.

Acho que a política poderia ser feita, independente do lado a que você pertença, com reconhecimento. O prefeito ACM Neto fez algumas coisas boas pela Bahia? Fez, está fazendo, podemos desconhecer. Agora, chamar, como alguns colegas nossos deputados federais dizer que o governador está fazendo confeitiro, que está enrolando, é desconhecer.

Eu passava na Paralela ontem, indo a Guarujuba, à meia-noite, quando saímos daqui, e a Paralela inteira trabalhando 24 horas, o canteiro do metrô, ninguém viu isso em época nenhuma na história da Bahia. Não podem desconhecer porque fica feio. Cada um tem a sua divergência, cada um defende um projeto. Mas dizer que o governador Rui Costa... Todas as pessoas que conheço, salvo os radiciais, me dizem é o seguinte: “Olha, eu tinha objeção ao governador, ao seu jeito duro, eu achei que ia ser um fiasco, mas esse rapaz, realmente, é uma surpresa para toda a Bahia.” E olha que eu convivo com todas as camadas. Essa é a realidade.

É claro que falta, deputado Herzem, o aeroporto de Vitória da Conquista. Mas temos que ver quantos governadores passaram nunca o fizeram. É uma vergonha! Eu concordo em número e grau com V.Ex^a. É uma vergonha uma cidade como Vitória da Conquista, uma das mais importantes da Bahia, um polo regional daquele tamanho depender da nuvem! Eu mesmo, como sou votado em alguns municípios, um pouquinho, claro, não como V.Ex^{as}, que mandam na cidade, como o deputado Zé Raimundo e V.Ex^a, deputado Herzem, também já fui vítima de, às vezes, estar no aeroporto, ter de voltar para dormir mas ficar porque as nuvens fecharam e o avião não desce.

É vergonhoso um Estado como a Bahia, Vitória da Conquista, em um País como o Brasil estarmos passando por isso. Eu concordo, mas outros governadores passaram e não fizeram, mas este, pelo que me consta, mesmo com todas as dificuldades, pelo menos já está em construção, claro com atraso de décadas.

Como também o aeroporto de Salvador é uma vergonha! ... Várias coisas são uma vergonha...

Peço um pouco da sua tolerância, meu caro presidente, até porque o Plenário hoje está vazio.

Muitas coisas nos envergonham. E nós que temos a oportunidade de conhecer outros países, vemos que qualquer cidade pequena lá fora tem linha aérea, tem transporte aéreo. Aqui, uma cidade como Vitória da Conquista não tem, como Feira de Santana também não. Não consigo entender! É claro que o governador começou, recuperou o aeroporto, botou um voo da Azul – não sei se continua –, porque poderia

ser mais um aeroporto que tiraria milhares de veículos da Salvador-Feira, que está intransitável.

Todo mundo da região ia para São Paulo ou para o Rio Grande do Sul ou para o Nordeste, não precisaria vir para o aeroporto de Salvador, que está se transformando em uma rodoviária. O aeroporto de Salvador está se transformando em uma rodoviária! Encheram de barraca, nunca vi um negócio desse, eu que conheço vários aeroportos. Está parecendo a rodoviária, mas não a de Salvador, não, a de Campo Formoso. Vergonhoso! Um aeroporto de uma cidade turística como Salvador, ou que quer ser turística, cheio de barraca no seu saguão. Até poucos dias estava cheio de chiclete no chão. Eu, que sou observador, perguntei ao cara da Infraero que apareceu: não estão tirando nem mais chiclete do piso? “Ah, está faltando o produto tal...”. Claro, é por isso que o governo federal já colocou o aeroporto de Salvador, assim como o aeroporto, salvo engano, de Fortaleza e do Rio Grande do Sul na nova leva de privatizações. Não tem outro caminho.

Vejam a privatização que houve... Não é entregar à iniciativa privada, depende do contrato. Vejam que foi entregue o aeroporto de Brasília, que hoje é uma maravilha, o aeroporto de São Paulo, que era um dos piores do mundo, hoje já está em uma situação muito mais agradável; o aeroporto do Galeão, que está também em processo de reforma...

Então, senhores, o problema é o Brasil, que precisa, Sr. Presidente, meu amigo deputado Joseildo, começar do zero. Nós passaríamos meses, deputado, vendo o que está errado. Está tudo errado! Está tudo errado! Está errada a política, como o deputado Joseildo, que é uma categoria, e conhece muito bem, e é um dos deputados desta Casa que mais sabe formular os seus pensamentos, a política, que já discurssei aqui por diversas vezes... Às vezes muitos fazem o que querem e não dizem o que pensam. Eu não sei por que, devo ser inocente, eu digo o que penso. Então, eu já disse aqui, está nos nais da Casa, há anos que digo que a política, da forma que ela é, é uma farsa! Todos sabem disso. Bem, quando digo todos, refiro-me àqueles que vivem da política. Os tribunais sabem disso também.

Vemos senador declarar gastar R\$ 200 mil em uma campanha que custou milhões! E, com R\$ 200 mil, não paga nem o jatinho que ele anda; bem, a não ser que seja da OAS ou da Odebrecht ou de outras!

E os tribunais aprovam as contas desses políticos como se não soubessem. São tribunais! São os membros do Judiciário! Claro, falo, também, em exceção. Vejam, há escritórios e parentes em escritórios para fazer *lobby*.

É a lei. É a impunidade que grassa no País que não tem governador que acabe com a violência, mas ele pode, até, diminuir.

Vejam que na Bahia tem trinta e poucos mil homens na polícia. Vi, agora, durante esta semana, que 2.500 a 3.000 estão prestes a ir para a reserva. Aí, a Bahia se encontra nesta situação que não pode gastar mais dinheiro, pois já está acima do limite prudencial.

A lei é errada, melhor, a lei federal é errada, deputado Joseildo! Os programas

federais vêm. Você tem dezenas e dezenas de prefeitos tendo as contas rejeitadas. Por quê? Porque os prefeitos já têm a despesa fixa que não se pode demitir, pois os funcionários são concursados! Bem, isso é outra praga do Brasil, ou seja, a forma como é a estabilidade no serviço público, hoje, no Brasil, sem direito à punição e sem cobrar produtividade!

Não estou falando todos. Muitos não querem mais fazer nada em prefeituras e em governos. E ninguém tem condição de punir. Às vezes, se pega um funcionário, até, desviando. E não acontece nada! Por quê? A resposta é a dificuldade de se punir. Por conseguinte, a punição é, praticamente, inexistente.

Então, este País, Srs. Deputados, não adianta. Isso é o que vejo. Não adianta a gente, aqui, está pontuando casos. Ou se faz um pacto... O que vemos em Brasília? Eu conheço como vocês conhecem um bocado de malandro que está lá posando como bom samaritano nas fotos e querendo tirar a presidente Dilma.

Admito que a presidente Dilma errou. Admito que a crise econômica é imensa. Mas outras coisas estão por trás. Vocês veem uns daqui da Bahia, que a Bahia toda conhece, uns malandros posando lá como homens direitos ao afirmar que nunca receberam dinheiro das construtoras ou de ninguém.

Pelo amor de Deus, isso é só para enganar o povo!

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Para concluir, deputado.

O Sr. **ADOLFO MENEZES**:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Então, vemos, lá, o Líder do DEM e ou outros membros do PSDB. O Paulinho da Força está nos protestos e nós o vemos através da televisão! Vejam que a polícia, às vezes, não está fazendo nem seu papel! Por que não meteram na cadeia aquele malandro? O Paulinho está junto ao Alckmin, lá, nos protestos do povo! É o Paulinho da Força Sindical! Vocês imaginem! Isso é o fim de mundo para a gente que conhece.

Esta é a situação do País.

Mas quem paga o pato? Quem paga o pato é a população de 200 milhões de habitantes na maior crise econômica ocorrida neste País.

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Para concluir, deputado.

O Sr. **ADOLFO MENEZES**:- Esta crise econômica tem de ser resolvida de uma forma ou de outra. Claro, acredito como os protestos aconteceram em paz. Isso é ruim para o Brasil, melhor, esta imagem de crise sai lá fora na imprensa de outros países. Mas, por outro lado, o Brasil dá uma demonstração de maturidade democrática onde milhões de pessoas foram para as ruas. E, graças a Deus, não tivemos notícia de nenhuma vítima ou de nenhum problema.

Então, independente de partidos, tenho certeza de que todos nós, aqui, queremos bem a este País maravilhoso que é o Brasil. Mas este País maravilhoso tem passado por tantas dificuldades que, agora, se agravaram.

Esperamos que, nestes dias, o País encontre a melhor das soluções para continuarmos no ritmo que a gente vinha ou no ritmo de quando a gente viajava e se falava bem do Brasil. Este foi um momento de orgulho. E, hoje, a gente se sente

envergonhado.

Pronto, Sr. Presidente! Meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Agradeço ao deputado Adolfo Menezes.

Gostaria de propor algo aos demais presentes. Nós estamos às 15h30min. Pela liturgia, terminaria, agora, o horário do Pequeno Expediente. Mas quanto àqueles que quiserem fazer o uso da palavra, acho que, em comum acordo, pela quantidade dos deputados presentes, nós podemos continuar.

Para falar, convido, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Bira Corôa.

O Sr. **BIRA CORÔA**:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, servidores desta Casa, visitantes, senhoras e senhores, faço uso da palavra para registrar, mais uma vez, uma indignação e um protesto.

A lógica montada, ainda para atender à exploração no campo e, consequentemente, atender às áreas que deveriam estar preservadas para as comunidades e povos tradicionais, é muito grande.

Existem a especulação imobiliária, o grande latifúndio e, consequentemente, os interesses impostos por setores do Judiciário carreado por ações da própria Polícia Federal. Esses estão encarregadas de construir criminosos em nosso Estado, assim como no Brasil.

A criminalização das lideranças indígenas não pode ser passada despercebida. Estamos vivenciando, no Extremo Sul da Bahia e em outras regiões do nosso Estado, lideranças indígenas marcadas para morrer com o preço de suas cabeças sendo expostas pela Internet. Esta criminalização é conduzida por aqueles que, sempre, exploraram essas regiões e acham-se donos dessas mesmas regiões ao desrespeitar o direito constitucional dos povos e das comunidades tradicionais que, lá, estão muito antes da chamada civilização.

Estou dizendo isso porque estou acompanhando um vasto conflito no Estado da Bahia e, em especial, na Serra do Padeiro, onde o Cacique Babau sofre de todas as formas, pois ele já enfrentou todas as violências para se afirmar como um grande líder e um grande defensor dos interesses do seu povo e da afirmação do seu povo.

E, agora, o Cacique Babau responde a uma lista de processos judiciais que, em sua maioria, dizem respeito até mesmo quando ele não estava presente na área onde, supostamente, aconteceu a infração. Basta dizer que ele é o acusado de um óbito ou de um assassinato quando o mesmo estava no Rio de Janeiro respondendo a uma ação. E o fato ocorrido foi, exatamente, na cidade de Buerarema.

Assim, dá para entender a lógica que está sendo montada.

A invasão feita pela Força Nacional aliada à Polícia Federal foi uma verdadeira armação na tentativa de criminalizar o povo tupinambá de Serra do Padeiro. Forjaram-se ações, ataques e sequestros dentre outras ações que não foram cometidas

pelos indígenas.

Comprovadamente, tudo isso está no relatório que a ONU teve acesso no último domingo. Isso mostra que a ação foi produzida por preposto da própria Polícia Federal, além do financiamento feito pelos latifundiários da região, além das confissões apresentadas por jagunços contratados para produzir as ações ou executar e, até, para eliminar lideranças indígenas.

Então, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, estamos falando de um processo de direitos humanos e de respeito e de valorização ao ser humano.

Estamos vivenciando no Brasil um modelo similar. Há a tentativa desta elite de criminalizar as lideranças políticas. Isso não é nada mais nada menos do que um processo utilizado historicamente neste País.

Lampião foi considerado o maior dos marginais em sua época, porque ele defendia os interesses do povo. E, no entanto, Lampião foi uma vítima do próprio sistema. Eu poderia levar a tarde inteira listando, aqui, este mecanismo de criminalização.

Os jovens negros que estão sendo eliminados ou exterminados na periferia das nossas cidades, principalmente Salvador e Região Metropolitana, entre outros grandes centros desse nosso Estado, sob o preposto de ser negro da periferia, pobre, e, conseqüentemente, ao tombar logo a mídia que está à disposição desse sistema, aparece e diz que deve ter envolvimento com o tráfico.

Então, a suposição é, nada mais, nada menos, Sr. Presidente, do que a prova e a condenação. E nós precisamos tomar uma posição, como representantes da sociedade, dos interesses do nosso povo. Não podemos pautar a justiça desse nosso país, desse nosso estado, apenas em suposições.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Agradeço ao deputado Bira Corôa.

Para fazer uso da palavra pelo tempo de até 5 minutos, deputado Zé Raimundo da nossa querida Vitória da Conquista.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, os que nos assistem nas galerias, nos gabinetes, na *TV Assembleia*, realmente esta noite passada foi uma noite em que nós votamos aqui importantes projetos do governo do Estado na linha de autorização para empréstimos. E aqui a Oposição, evidentemente, sempre na sua função de criticar, de discordar do governo, mas, às vezes, a Oposição exagera nos argumentos.

Aqui estamos diante de uma deputada, Dr^a Fabíola Mansur, oftalmologista, e que sabe perfeitamente que é preciso boas lentes para se enxergar. E a Oposição precisa, pelo menos nesse aspecto da visibilidade das obras do governo, reconhecer. Aí, se a Oposição não está vendo, doutora deputada, nobre colega, é preciso aumentar essas lentes da Oposição. É miopia ou outros males ainda mais graves.

As obras estão aí, quer dizer, o governador Rui Costa vem fazendo um esforço gigantesco para poder melhorar, como as obras também do prefeito de Salvador. E aqui não vamos também ser míopes, porque o prefeito vem trabalhando, independente de a gente concordar ou não com seu estilo, mas ele vem trabalhando por Salvador, deixa o prefeito trabalhar. Que a Oposição critique, mas vamos deixar também o nosso governador trabalhar.

Da mesma forma também que eu quero que a Oposição de Vitória da Conquista deixe lá o nosso prefeito trabalhar, junto com o governo do Estado, para a gente tocar a cidade. Que venham as críticas, as correções, a Oposição democrática, ela é fundamental.

Mas, no caso do governador Rui Costa ele vem se esforçando, foi à China, no caso nosso o interesse maior, de fato lá, é a Ferrovia Oeste-Leste e o Porto Sul, porque dinamiza a economia, além de outras obras, das estradas, da infraestrutura, do nosso aeroporto, que vai sair. Se no orçamento não estão ainda os valores completos na rubrica devida, o governador já tem o compromisso da presidenta Dilma, do secretário de planejamento, enfim, do ministro do planejamento, enfim dos órgãos competentes de que as obras necessárias serão feitas para que o nosso aeroporto venha.

Esse é um aspecto que eu gostaria de ressaltar e dizer que a autorização legislativa, ela ainda vai exigir uma série de procedimentos, o Tesouro Nacional vai ver o nível de endividamento, liberar, portanto, e confirmar a autorização legislativa para que o governador, aí sim, com sua carta consulta, com seu programa, negocie com os bancos. E aí a Oposição e todos nós vamos ter condições de sugerir, nessa ou naquela dimensão, algumas ações que, talvez, ainda não tenham sido pensadas pelo governador.

Mas, eu acredito que esse é um detalhe, o mais importante é que a Bahia tem condição de empréstimo, pode se endividar, diferentemente, infelizmente, de outros estados que estão, realmente, nos seus limites, é o caso de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros Estados.

E, mais ainda. O governo federal está negociando já com o Congresso Nacional, para reverem os indexadores da dívida pública dos municípios do Estado, para facilitar, inclusive, novos empréstimos no sentido de alavancar o desenvolvimento econômico-social, sobretudo das capitais e dos grandes municípios brasileiros.

Então, é uma decisão do governador e deve ser apoiada pela Oposição, porque Salvador e Feira de Santana vão ser beneficiadas, outros municípios vão ser beneficiados, porque nesses financiamentos, estão obras e projetos importantes para esses municípios.

Além disso, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer também que como cidadão, como observador, como alguém que viveu nesta segunda metade do século XX, precisamos, efetivamente, a minha geração, ter muita tranquilidade, muita paciência e muito diálogo nesta hora. Por isso a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi um homem que aprendeu, em plena ditadura, a dialogar com outras

forças conservadoras, para viabilizar a democracia. E teve o apoio, naquele momento, até de dissidentes da ditadura militar.

A presença de Lula é simbólica e vai ajudar a consolidar uma saída para esta crise econômica e uma saída para esse impasse político. Aí, sim, em 2018, o Brasil se manifesta. Inclusive, para concluir, Sr. Presidente, eu adianto esta tese que em 2018, seja também um Congresso constituinte, para repassarmos toda uma análise desses anos que, para se reformar, de fato, o Estado brasileiro, os partidos políticos, o sistema eleitoral, ou seja, o Poder Legislativo da Câmara ao Congresso Nacional, para termos um novo tempo de reformas, um tempo de invenção da democracia.

Tenho certeza de que, superada esta crise momentânea da economia e da política, devemos todos avançar, todas as forças que queiram de fato um Brasil radicalmente democrático, pensarmos em 2018 num Congresso constituinte para elaborarmos as estruturas e as decisões políticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Obrigado, deputado Zé Raimundo.

Para fazer uso da palavra por até 5 minutos o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, Imprensa, Galeria, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*. Meu querido deputado Zé Raimundo, o qual respeito muito, fez aqui uma citação a Lula como uma presença simbólica do governo.

Infelizmente, ele é uma presença simbólica, hoje, da falta de respeito com a população do nosso País. Eu, apesar de não ter vivido na ditadura, deputado, e ser um jovem de 39 anos, mas conheço bem a história, até porque gosto da história, gosto de estudar e o que me fez pensar em política foi a faculdade e o colégio. Quando eu via os historiadores, a maioria deles socialistas, comunistas, os professores de história contavam a versão deles e eu procurava outras versões para fazer meu juízo de valor.

Geralmente eles contavam de forma radical, mas eu sei que o radicalismo não leva a nada. Mas, dos meus 39 anos de vida, deputado Herzem, e conhecendo a história do País como eu conheço, hoje, com certeza, é um dos dias mais tristes da história do nosso País. E eu, pela primeira vez, tenho vergonha de ser brasileiro. Nós sabemos que temos que ter esperança em dias melhores.

Eu não quero aqui criminalizar o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. Isso é função da Justiça. Se tiver qualquer outro político, como qualquer outro partido, seja Democrata, PSDB ou no Partido dos Trabalhadores, tem que ser preso. Agora, isso a Justiça cuida. Da política cuidamos nós. Mas estamos cuidando mal da política quando há um ato como o de hoje, deputado Adolfo Viana, de total desrespeito ao que a população quer. Aí, se tenta separar mais uma vez. E o presidente Lula fez com que se desse o *impeachment* interno. Dilma foi deposta dentro do governo, e o presidente da nossa Nação, pelo terceiro mandato, será o ex-presidente Lula.

Lembro-me muito bem de que no primeiro governo Dilma, pelo menos, ela

afastou uns 5 ministros que estavam respondendo a processos, sendo investigados ou apresentando algum tipo de ameaça à dignidade do trabalho. Agora, ao invés de afastar os ministros denunciados, a presidente está botando no seu Ministério alguém que está sendo denunciado! Sabe-se lá se é para cuidar da vida política, porque esta crise já vem há um bom tempo! Sei lá se é para fugir da cadeia, como dizem alguns!

Mas nem quero chegar a tanto, porque mais importante que as palavras aqui são os atos. Várias vezes vejo alguns deputados daqui defendendo o governo Rui Costa. E falam das obras. Acontece que não há uma obra - dizem que está trabalhando, realizando na Bahia - do governo do Estado no interior baiano. Só há conversa de promessa de obra! São promessas da Ponte Salvador-Itaparica, Ferrovia Oeste-Leste, e não há uma obra! É um governador que tenta ser o prefeito da capital para tentar antecipar 2018, em vez de ser um bom governador e colher seus frutos. A esse tipo de discurso que não é respaldado na verdade, no que realmente acontece no dia a dia, as pessoas nem dão ouvidos.

Então, o que quero e venho dizer nesta tribuna é que hoje, deputada Fabíola Mansur, infelizmente é um dia em que estou me sentindo envergonhado de ser brasileiro. Porque o que a presidenta da República fez, o que os governantes fizeram ao chamar para o governo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva impede que responda como cidadão comum, com todo o respeito que ele merece. Mas terá de responder à Justiça, porque a Justiça tarda mas não falha. Ele quis se abraçar e entrar covardemente na Presidência da República, de onde saiu até muito bem avaliado.

Quero aproveitar para tocar em outro assunto solicitando ao presidente atenção, conforme fez com os meus anteriores. Peço mais 30 segundos.

A APLB, que cuida dos interesses dos professores da Bahia, devia ter respeito pelos alunos das escolas estaduais e municipais. Essa entidade tem no Estado como data-base janeiro, mas aí não faz greve, não faz nada. Já a data-base para os professores das escolas municipais é em maio. E ela hoje faz uma greve política, liderada pelo PCdoB. Enquanto isso, os alunos dos colégios municipais daqui de Salvador estão sendo prejudicados. E as escolas estaduais, que não recebem o cuidado do governo estadual, deixam cada vez mais os alunos da Bahia, o futuro do nosso Estado, à míngua, a ver navios! Lamentavelmente estão sem o menor cuidado.

Queria deixar a minha palavra de repúdio a esse sindicato, assim como à CUT e ao MST, que, ao invés de terem representantes das categorias, têm representantes do governo. São apaniguados que, com certeza, recebem algum tipo de benefício ilegítimo para fazer um papel tão vergonhoso para o Estado da Bahia e o Município de Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Anunciamos a presença aqui nas Galerias dos estagiários da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Sejam bem-vindos!

Concedo a palavra ao ilustre deputado Carlos Geilson por até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, única deputada presente no Plenário, Fabíola Mansur, colegas da Imprensa, queridos estudantes que nos visitam, eu não poderia deixar de subir a esta tribuna e emitir a minha opinião a respeito dos fatos que estão noticiados pela mídia e são de conhecimento público.

O Brasil entra na história por ter a primeira presidente em exercício do mandato na condição de ex-presidente. Isso nunca foi visto na história deste País! Uma presidente da República que, no exercício do mandato, deixa de governar, deixa de opinar e fica apenas de forma simbólica no cargo.

Mas, se me perguntarem “O PT agiu certo?”, eu acho que sim. Não tinha uma outra saída. O partido estava emparedado. É o bote de salvação. O barco está afundando, e você só tem uma opção: jogar-se no mar. Ou então tenta ficar no barco pra ver se chega alguma salvação. E é isso que está acontecendo com o Partido dos Trabalhadores, que lançou mão do ex-presidente por vários motivos. Alguns dizem - prefiro nem acreditar nesta possibilidade, mas não me surpreende se for o fato principal - que o ex-presidente Luiz Inácio buscou fugir da caneta do juiz Sérgio Moro.

Pode ter fundo de verdade? Pode. Mas ainda quero ser lúdico e pueril acreditando que a intenção de colocá-lo num cargo governamental importante foi para salvar o governo do *impeachment*.

Inegável que o ex-presidente tem uma boa relação com o Congresso Nacional. Ele conhece melhor do que ninguém como tratar com as cabeças premiadas, os caciques daquela Casa. E tem um jogo de cintura melhor do que o da presidente. Conhece os gargalos do Senado e da Câmara e, com certeza, terá uma relação melhor do que Dilma tinha.

Mas é necessário entender qual é o recado, o sentimento das ruas e do Judiciário, que, ao que parece, foi desrespeitado. Ao mesmo tempo, busca com a investigação no STF o beneplácito do Supremo Tribunal Federal, e isso provoca na sociedade uma reação adversa.

Chego à conclusão de que esse último espasmo, esse último suspiro do Partido dos Trabalhadores é o daquele doente moribundo. A deputada Fabíola é médica e deve ter conhecimento disto, que o doente está para morrer. A vela já está sendo providenciada para a extrema-unção. Mas ele tem uma pequena melhora, e todos da família começam a comemorar. Enfim, nós temos agora a cura e a salvação. Aí, no dia seguinte, morre de uma hora pra outra. É o sentimento que tenho em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff. Ele pode demorar um pouco, pode atrasar o *impeachment*, mas não tem base sólida para se segurar.

Observe que aquela manifestação histórica do último domingo tem uma pesquisa, deputado Leur Lomanto, que preside esta sessão no momento, mostrando que quase 35% dos presentes disseram já ter votado no Partido dos Trabalhadores. Então cai por terra aquele argumento, aquele discurso: “Ora, quem estava lá era rico e branco, aqueles que não gostam do Partido dos Trabalhadores e são eleitores de Aécio”. Conversa fiada!

Para lá foi uma massa insatisfeita com os desmandos, com as promessas não cumpridas, com o engodo, com a ludibriação; estava lá o eleitor que se sentiu engabelado. Cada vez mais isso fica mais claro.

O ex-presidente Lula vai para o Ministério como uma tábua de salvação. O governo perdido, ninguém se encontra, ninguém fala a mesma língua, a presidente isolada e abandonada. Eis que ela tenta ressurgir das cinzas e anuncia que sexta-feira estará na minha querida Feira de Santana para entregar um conjunto do Minha Casa, Minha Vida. É o que, talvez, ela tenha a fazer: figura decorativa, será a rainha da Inglaterra.

Então teremos aqui um semiparlamentarismo, que não existe oficialmente, mas, extraoficialmente, foi implantado no Brasil quando a presidente Dilma abdica do poder e o transfere para Lula exercer o seu terceiro mandato.

E o Brasil quer saber o que vai advir, o que vai acontecer de mudança? Dizem os economistas e especialistas que o “presidente” vai inflar, vai estimular o crédito, o consumo, numa verdadeira bolha que, mais cedo ou mais tarde, acabará trazendo de volta um processo de recessão, talvez, ao que tudo indica, muito pior do que este que estamos vivendo hoje.

Portanto, fica aqui a minha opinião e lamentação, já que pela primeira vez na história deste País uma presidente, no exercício do mandato que lhe foi outorgado pelo povo, passa à condição de ex-presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu também não iria perder a oportunidade, diante do que estamos vivendo, de me manifestar aqui.

A presidente Dilma nomeia o ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil não para tentar resolver a crise do nosso País, mas para tentar fazer um movimento de permanecerem juntos, com o poder nas mãos. Infelizmente, este é o cenário em que vivemos.

O Partido dos Trabalhadores já sabe que perdeu a condição de governar este País, sabe que o País vem descendo a ladeira, mas eles não admitem a possibilidade de largar o osso. É lamentável! Hoje, o Brasil está envergonhado, o povo brasileiro está envergonhado. Se olharmos as manchetes dos maiores jornais do mundo, como a do *New York Times*, está lá: o Brasil envergonhado. Justamente, Sr. Presidente, porque a nossa presidente da República faz uma manobra para tentar permanecer no poder.

O que esperávamos, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, era justamente que a nossa presidente estivesse preocupada em encontrar uma solução para a crise em que colocou o nosso País. Mas não, deputado Leur Lomanto, a manobra feita hoje pelo Palácio do Planalto é exatamente, como disse o deputado Carlos Geilson, para resolver um problema pessoal do ex-presidente Lula – que já havia sido convidado para virar ministro, mas não aceitou o convite –, e não para tentar solucionar a crise

que o País vive.

Agora, iludidos estão os que pensam que colocar o ministro Luiz Inácio Lula da Silva ao lado da presidente Dilma fará passar a crise. Não passará a crise. Quem está acessando a internet e as redes sociais está percebendo que a população brasileira está se manifestando ainda mais.

Domingo, o povo brasileiro foi às ruas maciçamente, na maior manifestação popular já vista na história deste País. E, agora, o povo brasileiro está nas redes sociais, demonstrando a sua insatisfação, demonstrando a vergonha de ter à frente da presidência da República uma presidente que passa a faixa de presidente para o ex-presidente. É lamentável.

Eu não poderia deixar de me manifestar aqui, nesta tarde. E dizer que vamos esperar a grandeza dos congressistas. Vamos esperar uma postura firme daqueles que já têm a sua posição formada. E aqueles que ainda estão em dúvida, que ouçam as vozes das ruas, ouçam as manifestações que o povo brasileiro vem fazendo nas ruas e nas redes sociais.

O povo brasileiro não aceitará que o projeto de poder do Partido dos Trabalhadores permaneça como está aí. O Partido dos Trabalhadores que aqui falou tanto em golpe. Quem é que está dando golpe? Quem é que está aplicando um golpe? Perguntem ao povo brasileiro quem é que está aplicando um golpe? V.Ex^{as} podem ter certeza de que a revolta do povo brasileiro hoje é ainda maior do que a manifestação que foi feita no domingo.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não temos outro caminho a seguir, para que o País possa encontrar o caminho do progresso e desenvolvimento, a não ser a renúncia ou o impeachment da presidente Dilma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, deputado Leur Lomanto, caros colegas deputados, venho aqui como uma brasileira, não uma brasileira envergonhada, mas a brasileira triste, porque não encontramos juntos as soluções para a retomada do crescimento do nosso País, para a solução das crises econômica e política que vivemos.

Certamente, quando a política não resolve, quando a política é incompetente, a Justiça deve e tem de ajudar a tratar, a combater a corrupção, punir e continuar investigando.

Vejo que, como brasileira que quer abraçar o Brasil, não podemos propor como única solução para os problemas do País o *impeachment* da presidente Dilma. Assim como podemos criticar como uma das soluções, qualquer que seja, o chamamento do ex-presidente. Até porque esperamos o diálogo permanente, o diálogo mais a luz, deputado Zé Raimundo, com um único objetivo: tirar o Brasil desta profunda crise.

Aí, todos os partidos, sejam eles de oposição ou da base do governo, devem, sim, pensar num pacto pela governabilidade e retomada do crescimento. É nisso que eu, como moderada, acredito.

Aqui, parabenizo as manifestações democráticas, porque o povo nas ruas é um desejo de todas as pessoas, cidadãos ou políticos. Mas precisamos propor soluções, porque só ouço como solução para o País o *impeachment*.

Honestamente, queria ouvir quais são as soluções para a retomada do crescimento...

Fico triste por não conseguirmos, deputado Pablo, sair desta crise. Todos os dias as matérias nos envergonham pelas delações, recursos públicos sendo espoliados. Essas pessoas precisam, realmente, ser punidas, mas temos que nos concentrar na governabilidade do nosso País.

Por isso peço que abracemos o Brasil de forma responsável, para encontrarmos as soluções. Peço ao Congresso que assim o faça em nome da governabilidade.

Quero fazer uma menção a APLB, entidade sindical que respeito profundamente e que é valorosa na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. A APLB e os sindicatos em todo País promovem 3 dias de greve nacional para falar sobre a valorização e sobre a Lei do Piso, parcelamento dos salários, fim das terceirizações.

Esse é um movimento legítimo. Não podemos, aqui, apenas dizer que os sindicatos estão apaniguados ou aparatados e não cumprem a sua missão. Se assim estiverem, é bom que sejam fiscalizados. Mas é missão de sindicatos e associações a defesa do interesse das categorias.

Quero saudar a APLB, que além de fazer parte de uma greve que é nacional, também faz aqui uma greve municipal. Não é apenas pela data base, mas pela reserva de jornada.

O que é a reserva de jornada? Um professor ou professora deve ter em sua carga horária 1/3 do tempo reservado para atividades complementares, para preparar a aula, corrigir provas. Essa reserva de jornada, em que pese a lei municipal, de 2008, não é respeitada pelo prefeito ACM Neto.

Pedimos, deputado Zé Raimundo, que tanto o governador Rui Costa quanto o prefeito trabalhem. Gosto de dar a César o que é de César. Então, nesse sentido, é apenas pedir que a lei seja cumprida, porque a reserva de jornada é lei municipal desde 2008 e não é cumprida.

Então quero pedir para a Frente da Educação, tanto no município, quanto nas escolas do Estado, que defendamos a valorização da educação e também dos trabalhadores.

Com sua tolerância, Sr. Presidente, para finalizar.

Gostaria de saudar a Dr^a Fabiana Pellegrino, juíza de Direito encarregada do projeto que criou o primeiro Juizado de Apoio e Combate ao Superendividamento, a fim de tratar do consumo responsável, para tratar dos superendividados devido à democratização do crédito excessivo, à massificação do consumo, que, sem o devido

controle, coloca famílias inteiras e pessoas em uma situação que requer que o Legislativo e o Judiciário possam, efetivamente, ajudá-los.

Estamos propondo a prevenção e o tratamento do superendividamento

Ao tempo em que finalizo convidando todos os que nos ouvem, deputados e deputadas, para a sessão especial em comemoração ao Dia da Mulher, que será amanhã, dia 17, às 9h30min.

Homenagearemos, deputado Adolfo Viana, 10 mulheres destaques na Bahia em várias áreas, nos movimentos, na imprensa, inclusive a Dr^a Ediene Louzado, primeira procuradora-geral do Ministério Público.

Gostaria de convidar todos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, toda a Bahia sabe qual o posicionamento do PMDB do nosso Estado em relação ao governo federal. Há muito tempo, desde 2010, que o PMDB vem fazendo oposição ao governo comandado pelo PT. E no último final de semana todo o PMDB da Bahia saiu em comitiva para participar da sua convenção nacional. Fomos com um único discurso! Discurso esse que estamos defendendo neste Parlamento, através da maioria absoluta da nossa Bancada, o afastamento imediato e a entrega de todos os cargos que o PMDB tem no governo da presidente Dilma Rousseff.

Infelizmente, Sr. Presidente, a voz do PMDB da Bahia foi escutada parcialmente por parte do PMDB nacional. Ali ficou decidido que o PMDB precisaria de 30 dias para buscar construir a unidade do seu partido e aí, sim, romper definitivamente com esse governo que representa, hoje, um retrocesso para o nosso País. Foi aprovado por unanimidade de todos os convencionais que, durante esses 30 dias, nenhum militante do PMDB, nenhum filiado do PMDB poderia assumir qualquer cargo do governo federal, mas, para a nossa estranheza, para a nossa surpresa, já está estampado em vários *blogues* que amanhã será nomeado ministro da Aviação Civil o deputado federal Mauro Lopes, do PMDB de Minas Gerais.

De imediato fiz questão de ligar ao presidente do PMDB da Bahia, solicitando que ele pedisse imediatamente a expulsão do deputado federal Mauro Lopes do nosso partido, por não acatar a decisão ampla da maioria absoluta dos convencionais do PMDB no último final de semana! Já obtive a resposta de Geddel, que já está encaminhando o pedido de expulsão do deputado Mauro Lopes por não cumprir uma determinação partidária.

Isso, sem sombra de dúvidas, me envergonha! Envergonha-me por ser peemdebista, por acreditar no velho PMDB de Ulysses Guimarães, de Mário Covas e de Pedro Simon, homens que lutaram pela redemocratização deste País, e por ver, hoje, infelizmente, uma parte grande do PMDB... A cada dia essa parte se torna mais

pequena!

Não tenho nenhuma dúvida de que, em 30 dias, iremos romper com o governo da presidente Dilma Rousseff, porque o PMDB é maior do que todos esses que defendem a boquinha, o carguinho miúdo para a sua sobrevivência política.

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone)

Deputado Zé Neto, o momento não é de risada, o momento é de tristeza. V.Ex^a deveria estar chorando pelos fatos que estão acontecendo no Brasil. V.Ex^a deveria se envergonhar de um homem com a história que tem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deputado Carlos Geilson...

V.Ex^a ficou na dúvida sobre os motivos que tinha o ex-presidente Lula para estar assumindo o Ministério da Casa Civil... Ora, todos sabem! Todos sabem! É público para todos que o único motivo que ele tem é o medo de ser preso pelo juiz Sérgio Moro! Ele está procurando se acobertar, imaginando que o Supremo Tribunal Federal irá passar a mão na sua cabeça! Não! O povo brasileiro confia na sua Justiça! O povo brasileiro confia no Supremo Tribunal Federal! Se o presidente Lula for culpado, tenho a certeza de que o Supremo Tribunal Federal irá fazer a justiça que o povo brasileiro necessita.

Para concluir, Sr. Presidente, ouvi a deputada Fabíola Mansur dizer que o País precisa retomar o seu crescimento, que o País precisa retomar o seu desenvolvimento, mas não há mais caminho. O único caminho para o País retomar o seu crescimento e o seu desenvolvimento é o afastamento imediato desse governo que não representa mais o povo brasileiro. O próprio mercado financeiro já diz isso. Bastou Lula assumir que o dólar subiu, as ações da Petrobras baixaram. É isso que impede o crescimento econômico do nosso País. É esse governo do PT, que hoje representa o retrocesso para o Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu, neste dia histórico para o País, não poderia deixar de aqui estar para fazer uma reflexão sobre o momento e sobre os acontecimentos neste País que tanto amamos.

Confesso que me surpreendeu a ousadia do Partido dos Trabalhadores ao desconsiderar as manifestações populares traduzidas por mais de 6 milhões de pessoas nas ruas das grandes cidades brasileiras, a demonstrar o que realmente compreendem e o que realmente querem.

A presidente Dilma Rousseff, ao renunciar ao seu mandato, não o fez de forma completa. Ela abdicou do mandato entregando-o a outro cidadão que não foi eleito pelas urnas para exercer o seu terceiro mandato.

Devemos refletir e imaginar que este é um momento de extrema gravidade para

as instituições democráticas do País. Os ministros do Supremo Tribunal Federal começam a se manifestar, considerando esse ato uma ofensa à corte suprema do nosso País.

Rogo a Deus para que este ato do PT, de transformar o presidente Lula no governante de fato deste País, dê certo e leve o País à normalidade, porque nos preocupamos com as consequências que advirão desse ato. Qual a conversa política que o presidente Lula terá com o Congresso? Qual será a moeda de troca para acalmar as forças políticas do Congresso? Não sei! Precisamos saber! Qual o seu poder de convencimento das forças políticas que estão pensando como pensam as ruas? É sobre isso que precisamos refletir e ter a grandeza da responsabilidade de poder entender o Brasil nos momentos atuais.

Quero, nos minutos que me restam, dizer diretamente ao deputado Zé Raimundo – deputado que nos antecedeu nesta tribuna, que ao criticar a postura da Oposição, ontem, nesta Casa, dizendo que a Oposição precisava fazer exame de vista para poder ter uma visão maior e não atrapalhar o trabalho do governo: meu caro e estimado deputado, estamos aqui representando o cidadão que nos conduziu a esta Casa. Estamos fazendo o papel de opositor, e a nossa oposição não é a crítica pela crítica. O nosso papel, que aqui fizemos, não foi de buscar o pior e atrapalhar o governador. Tanto que ontem, com a nossa contribuição, foi aprovado um projeto melhorado pela Oposição. Esta é uma Oposição responsável.

Mas não vale também o argumento aqui usado de que nós não queremos que o governador busque recursos para o Estado, isso não é a verdade. O que ontem se aprovou aqui não foi a autorização do empréstimo, essa não é a verdade. Pelo que nós ontem lutamos, e esta é a verdade, é a forma procedimental como para cá foram enviados esses projetos, porque entendemos que o Parlamento deve ser autônomo, entendemos que os projetos devem ser discutidos. E contra esta forma procedimental, de sempre se trazerem os projetos aqui em regime de urgência, foi que a Oposição, ontem, se insurgiu.

O mérito dessas autorizações, nós iremos discutir na próxima segunda e na próxima terça, mas o que aqui discutimos, ontem, meu caro deputado, desculpe-me, foi o procedimento utilizado pelo governador, costumeiramente, de desconsiderar esta Casa, de dizer a esta Casa que nós temos que dizer amém sem poder discutir. Mas nós, detentores do mandato popular, altivos como somos, independentes como somos, não iremos nos calar, iremos enxergar bem, porque míopes é o que não somos, como é o governo do governador Rui Costa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o Líder do governo, deputado Zé Neto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, meus colegas deputados e deputadas, volto a esta Casa, a este púlpito, hoje, feliz com a nova dimensão que tomou o governo

federal tomou, com a volta para a cena política, efetivamente, do nosso ex-presidente Lula. Volto feliz, e muito feliz, porque, neste momento, não é só a volta de Lula, mas também a grandeza do nosso ex-governador Jaques Wagner, que abre mão da Casa Civil para ser o executivo primeiro de Lula. Lula, que olhou para o Brasil, muito diferentemente do que faz a Oposição, com um projeto estabelecido para o povo brasileiro.

Lula, que olhou para o Brasil como um Brasil possível, um Brasil que podia, pode e vai sempre olhar para frente, olhar para o seu povo, especialmente o povo mais carente, e olhar para o mundo com o olhar de País grande.

Acabou o entreguismo, acabou o tempo em que não se investigava neste País, acabou o tempo em que as instituições serviam ao Executivo. Claro, sabemos que em meio a esta crise alguns dos nossos terão um preço a pagar. Afinal, nós, do PT, somos um aglomerado de humanos como qualquer outro, passível de ter pessoas que errem, e esses vão pagar seu preço. Mas também não é a qualquer sorte, porque nós exigimos... Fomos nós que lutamos e fizemos com que este País, pela primeira vez na sua história, tivesse uma CGU para fiscalizar as contas públicas, com o nosso primeiro-ministro da CGU, pra valer, Waldir Pires, e depois o nosso baiano Jorge Hage.

Nós fizemos a transparência, inclusive, para que a Oposição tivesse, como tem hoje, os elementos para ser oposição. Isso é coisa muito diferente do que acontecia na Bahia no passado e do que acontece, por exemplo, em minha cidade, Feira de Santana, onde não existe transparência alguma, pois é a das piores cidades no Brasil em questão de transparência.

Isso é diferente do que o Brasil viu e vê, hoje, no governo federal. Outro dia, a Oposição tinha o número de pessoas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, a minha fala é por todo o tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- O senhor tem 5 minutos, deputado, mas está fazendo um discurso tão inflamado que não percebeu. Eu terei a tolerância para V.Ex^a concluir a sua linha de raciocínio.

O Sr. ZÉ NETO:- É porque eu queria pelo tempo partidário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- V.Ex^a está falando no horário do Pequeno Expediente.

O Sr. ZÉ NETO:- Eu peço, então, porque há o tempo partidário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- V.Ex^a quer o horário no Grande Expediente?

O Sr. ZÉ NETO:- Por acordo.

O Sr. Carlos Geilson:- Aí, o deputado Zé Neto está quebrando o acordo; fato, aliás, que não é novidade. Ele tem, apenas, um minuto para concluir o seu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Estamos a ouvi-lo, Sr. Deputado. Por

favor, fique à vontade, pois estamos a ouvi-lo.

O Sr. ZÉ NETO:- Então, Sr. Presidente, é bom salientar que esta transparência foi a responsável e é a responsável pelo momento político em que estamos a viver. E não venham aqui aqueles camaleões que eu tenho dito, pois eles são feito Satanás pegando quaresma. Há deputados que vêm para cá com carinha de santo para dizer que o Brasil, hoje, tem tanta corrupção!

Não! O Brasil, hoje, tem a corrupção investigada, porque a vida deste País foi ver a corrupção como um método comum onde a lei não precisava ser vista, onde a investigação não precisava ser feita e onde o povo era o último a saber.

Me desculpe meu amigo por quem eu tenho muito carinho e respeito, deputado Luciano.

Vejam V.Ex^{as}. a ida de Lula à polícia coercitivamente. Lula não precisa correr da justiça. V.Ex^a disse que tinha questão institucional da justiça. Entendi errado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu não disse isso não.

O Sr. ZÉ NETO:- Então, eu peço desculpas. Eu entendi que V.Ex^a estava colocando que Lula estava se apequenando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Para concluir.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu não falei isso.

O Sr. ZÉ NETO:- Então, se V.Ex^a não falou isso, melhor. Veja, eu entendi isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Para concluir.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, quero dizer que o Supremo é o Supremo. Lula sai de uma justiça para outra? Não! Se Lula tiver de ser investigado, ele irá ser investigado pelo Supremo. Não há nada ao contrário disso!

Se V.Ex^a diz que não falou, eu acredito em V.Ex^a e retiro o que eu disse de V.Ex^a.

Bem, V.Ex^a, deputado Luciano Ribeiro, não falou. Mas a oposição está a falar a toda a hora na imprensa. A oposição, mais uma vez, diz que Lula está fugindo de Moro! Primeiro, Moro não é paladino e vai ter o mesmo destino de Joaquim Barbosa! Depois, Moro pisou na bola!

Eu, até, sei que V.Ex^a, deputado Luciano, junto ao nosso atual presidente desta sessão, deputado Adolfo Viana, são bons juristas e homens das leis. Então, V.Ex^{as} sabem que nós temos que ter muito cuidado com esta história de passar por cima da lei como mandar prender de qualquer jeito, porque nós todos temos vida pública e a merecemos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Para concluir.

O Sr. ZÉ NETO:- A população e o País merecem o pleno Estado de Direito.

Encerro dizendo da minha extraordinária alegria neste momento. Pode crer: V.Ex^a vai assistir a um Lulinha, talvez, não tão paz e amor, mas assistirá a um Lula muito mais seguro do seu papel na história do Brasil, na história deste País e na história, especialmente, do povo pobre brasileiro!

Venha Lula! Vamos à luta! E vamos recompor para botar a casa em ordem,

botar o Brasil nos trilhos e levar o nosso povo, novamente, aonde ele merece estar que é o caminho da felicidade!

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

(...) O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Grande Expediente.

Concedo a palavra...

O Sr. Zé Raimundo: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Pela ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Gostaria de que V.Ex^a verificasse o quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Pela ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, pensei que o Grande Expediente fosse utilizado pelo partido, e assim o debate com o deputado Zé Neto pudesse ser mais produtivo. Mas como o deputado Zé Raimundo solicitou uma verificação de quórum, faço agora esta questão de ordem.

Como não houve orador no Grande Expediente, quero dizer ao deputado Zé Neto que não falei, como ele disse, que o presidente Lula estava fugindo do foro. Até entendo, deputado, que, como ministro, o Supremo poderá investigá-lo, pois a investigação não para. Não acredito que o presidente cometeria um ato tão primário de fugir do juiz Sérgio Moro, já que o Supremo pode investigar. Embora aconteçam outros atos primários, como foi primária a nomeação do ministro da Justiça, e aquele ato teve de ser revisto.

Quero acreditar que o ex-presidente não faria o ato primário de fugir daquele foro para ter o foro privilegiado e, assim, fugir da investigação. Por isso que não disse. O que disse é que poderia causar uma crise constitucional. E os ministros do Supremo Federal estão dizendo – os jornais estão estampando as falas deles – que o que o presidente Lula fez foi uma agressão à Justiça. O ministro Gilmar Mendes, se não me engano, falou isso no Portal Terra, e ele é ministro do Supremo. Repito, só estou citando o que disseram os ministros do STF.

Quero deixar claro quais foram as minhas palavras. Em momento algum disse que o presidente Lula fugiu, porque seria primário. Primeiro, porque tem o Supremo, que poderá continuar a investigação; depois, porque tem uma decisão do Supremo dizendo, em uma ação penal relatada pela ministra Carmen Lúcia, que quando um investigado tenta uma artimanha desse tipo, se fosse o caso, para fugir da investigação, prevalece o foro original; não muda para foro privilegiado. Então em momento algum disse isso.

Mas fico feliz em ver o nobre Líder da Situação tão empolgado dizendo: “Viva

Lula. Viva o Brasil! Vamos consertar o Brasil”. Ele admitiu que o Brasil precisa de concerto. Só espero – até roguei as forças do Grande Arquiteto do Universo – que essa manobra de levar Lula ao terceiro mandato, sem passar pelas urnas, consiga ter resultados e o Brasil volte efetivamente a ter tranquilidade.

O que se lê na imprensa e se vê nas falas daqueles que defendem a ida de Lula como superministro, com a implantação do semiparlamentarismo que aí está, ainda que informalmente – e quanto a isso não há o que se contestar –, é que Lula, no posto em que estará, fará uma interlocução com o Congresso para reverter a vontade soberana do Congresso, que pensa em destituir a presidente Dilma. É isso o que ouço.

O que questionei nessa tribuna, Sr. Presidente, foi sobre quais os elementos e instrumentos que o presidente Lula utilizará para convencer os parlamentares a mudar de posição. Foi isso o que eu gostaria que fosse externado, ou seja, o que o presidente Lula tem de tão atrativo para reverter, por exemplo, a posição do PMDB, partido que dá sustentação ao governo mas ameaça sair, e de outros partidos da chamada sustentabilidade. Qual é a força desse argumento do ex-presidente Lula. É isso o que questiono.

Sr. Presidente, já que não houve orador no Grande Expediente, peço uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Muito obrigado.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Como foi feito um acordo para que fosse estendido o Pequeno Expediente, evidentemente, que respeito. Tanto respeitei o acordo que não entramos no Grande Expediente e não entramos, também, no horário das composições partidárias. Só quero falar isso para que fique claro que cumpri, eu respeito muito os acordos que são feitos.

Quando o deputado Carlos Geilson falou, imediatamente, tive o cuidado – ele sabe que de vez em quando temos as nossas disputas – mas logo entendi, porque eu tinha chegado, o deputado Luciano tinha visto 16h20, pensei que já tínhamos entrado nos horários partidários. Então, fica selado que nós encerramos no Pequeno Expediente por um acordo estendido ao Pequeno Expediente para que todos falassem.

Quero apenas dizer ao meu amigo, deputado Luciano, que quero aqui fazer uma declaração muito sincera. Esqueça que sou do PT; esqueça que sou até político; esqueça que sou até deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Deputado, não pode, aqui só fala deputado.

O Sr. Zé Neto:- Lembre que sou, acima de tudo, um cidadão brasileiro que preza muito... Como cidadão, sou advogado, sou deputado, dediquei parte significativa da minha vida, desde a minha juventude, dos meus 13 ou 14 anos, ao movimento estudantil. Depois, ao movimento sindical, como advogado também no movimento social e hoje político. Faço política por vocação, por estar no meu íntimo, por estar na minha caminhada, por estar na minha sina, cumprindo a minha história,

um trabalho de realizar no coletivo.

Digo isso como testemunho do que vou falar. Não é a manifestação meramente ideológica, mas a manifestação de quem quer um Brasil onde os nossos filhos, os nossos netos e a nós mesmos seja garantido o direito e o respeito às instituições.

Ninguém mais do que nós do PT fizemos com que as instituições tivessem independência. E vocês todos da Oposição no íntimo sabem. A lei de delação premiada foi uma lei que nós do PT invocamos como projeto e encaminhamos, deputado que ora preside esta Casa, meu querido amigo Adolfo.

Neste instante urge que não façamos das disputas ideológicas um Ba-Vi, ou uma disputa de gincana ou uma disputa meramente de lado, porque a preservação do estado de direito é uma garantia fundamental para que todos os cidadãos, especialmente nós que temos vida pública, tenhamos a capacidade de fazer as gestões na sociedade e termos assegurado, asseverado que excessos não acontecerão.

Os excessos que aconteceram nas últimas semanas na Lava-jato, e olhe que não sou contra a Lava-jato, tem que investigar e ir a fundo, a todos, mas se os excessos se repetirem, vamos correr o risco de inverter o ônus da prova, por exemplo, vamos colocar que as pessoas são obrigadas a provar que são inocentes quando não há provas contra elas. Não se pode reinventar o direito ou se reinventar a matriz do direito. E essa reinvenção não é concebível.

Eu quero dizer ao meu amigo deputado Luciano que esse estado de direito é a nossa garantia, é a nossa realização. Na política temos que ter a noção clara de ir até onde a gente puxa a disputa, porque, Sr. Presidente, eu sei o tamanho da dor de uma injustiça.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Fui e sou ainda advogado, e falo aqui muito mais, como disse há pouco, como cidadão que espera que essa peleja política preserve, não somente do presidente Lula, os seus direitos fundamentais e a preservação do estado de direito, mas para todos nós, deputado Luciano, a garantia de que este País é muito melhor na democracia; este País é muito melhor com instituições fortes e que este País é um País que precisa seguir em frente. As crises também são grandes oportunidades para que tenhamos criatividade e capacidade de avaliar o que serviu e o que precisa ser melhorado. Nessa composição, a vida pública, a política tem que ser repensada, e temos que encontrar um eixo para que o povo brasileiro não sofra tanto e volte a sonhar.

É esta a minha convicção de garantia do Estado de Direito, de garantia e preservação das instituições dentro da regra jurídica, do devido processo legal e dentro das garantias fundamentais para que a democracia se sustente com os pilares que sempre se sustentou e que precisam ser fortalecidos e não dissimulados e não destruídos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Deputado Zé Raimundo, vou acatar a questão de ordem de V.Ex^a, mas cedi duas questões de ordem para o governo e uma

para a Oposição. Vou ceder mais uma para o deputado Luciano Ribeiro e será a última questão de ordem para que possamos...

Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Será a última e será rápida. Eu queria, mais uma vez, parabenizar o deputado Zé Neto pelas brilhantes e emocionadas colocações que fez aqui. Mas eu tenho tido muito cuidado, na minha vida toda, até porque sou advogado por formação e atuante. Sou advogado até hoje. Eu advogo, estou no meu escritório às sextas-feiras geralmente, vou ao meu escritório, advogo, frequento foro, faço minhas defesas e nunca subi à tribuna do júri para fazer acusações. Sempre frequentei a tribuna da defesa. Um dos institutos que mais preservo como advogado e que aqueles advogados militantes devem preservar é o instituto da presunção da inocência. Esse instituto é uma causa pétrea, não pode ser mudado senão através de uma assembleia constituinte originária. Se o Congresso quiser mudar, não pode.

Eu já subi a esta tribuna este ano para tecer críticas à flexibilização desse instituto. Fiz críticas este ano, porque entendo que é uma afronta à Constituição Federal, é um risco à nossa democracia, às nossas garantias. Portanto, deputado, em nenhum momento V.Ex^a teve deste deputado nenhum questionamento sobre a conduta do presidente Lula, nem de qualquer investigado. Os excessos, por mim, sempre foram condenados. Sempre! Inclusive, e nós sabemos, V.Ex^a sabe, as próprias CJUs da época de Dr. Waldir Pires, quantos excessos cometeram em tantos municípios, quanto prefeitos foram injustamente acusados de ladrões! Nós somos políticos, sabemos disso. Quantos prefeitos estão hoje inelegíveis, condenados, perderam bens por excessos cometidos por essa CJU! Que nós também defendemos e que nós defendemos esses excessos.

Então, aqui em nossa fala, em nenhum momento estou fazendo prejudgamentos. O que eu quero colocar o faço como cidadão, como brasileiro que se preocupa com o futuro da Nação, é de que há manobra. E a manobra que digo é conduzir o ex-presidente Lula ao seu terceiro mandato. Estou falando da questão política e institucional. Não estou falando de investigação. E aí cabe a Justiça investigar e punir quem quer que seja: do Partido dos Trabalhadores, do DEM, do PSDB, ou de quem quer que seja. Isso é função da Polícia, da Justiça e é uma outra discussão.

O que estou aqui colocando é minha preocupação como parlamentar de que essa manobra pode não ser boa para o Brasil, porque não sei quais são os argumentos – repito isso – que o presidente terá, que a presidente Dilma não teve para poder convencer os convencionais. E nós sabemos, inclusive estou escrevendo um artigo sobre isso, sobre a relação do Poder Legislativo, Judiciário e o Executivo, que tem um mal que povoa os dias atuais que é a chamada governabilidade. E a minha preocupação é essa: o Lula, ao que parece, vai transformar e buscar essa governabilidade. E aí, meu caro presidente, é que eu quero saber: a que custo? Com quais argumentos? Quais elementos e instrumentos serão utilizados, meu caro Geilson, para que se convença o Congresso a ter uma posição diferente do que aquilo que pulsa nas ruas brasileiras?

É essa a minha preocupação, e quero que V.Ex^a entenda que o desejo de um

Brasil melhor, o desejo de um futuro melhor é o que nos faz político e não pelo mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Atendendo a questão de ordem do deputado José Raimundo e verificando que não há quórum para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.